

Estratégia energética alternativa: princípios e identificação de medidas

Resumo executivo — Junho 2019

Enquadramento

A actividade humana está a ultrapassar os limites planetários em questões fundamentais como a os recursos vivos, o clima, a água, o solo e a extracção de matérias-primas. Além da destruição de valores naturais, estamos a degradar recursos dos quais depende a nossa vida: precisamos de mudar o actual paradigma de crescimento sem limites. Portugal já assumiu um conjunto de compromissos, incluindo a Convenção Quadro e o Acordo de Paris sobre Alterações Climáticas, e outras normas internacionais e europeias em matéria de Energia, Clima, Água e Biodiversidade. Neste contexto, um dos temas mais prementes é o nexo água-energia: a sociedade moderna criou grandes necessidades destes serviços, que frequentemente conflituam entre si e com outros elementos do ecossistema. O presente estudo realiza-se no âmbito da Rede Douro Vivo, que tem o objectivo de desenvolver ferramentas para salvarguardar os ecossistemas fluviais, incluindo a redução de conflitos com a geração de energia.

Objectivos e princípios

O objectivo do presente estudo é desenvolver medidas de política que garantam a transição energética para um modelo mais sustentável, com enfoque na eficiência energética, energias renováveis descentralizadas de baixo impacte e nexo energia-água.

O trabalho assenta nos seguintes princípios e prioridades: 1) A **conversão ecológica**, que implica mudar mentalidades e estilos de vida; 2) Adopção da **reforma fiscal verde com estrita neutralidade fiscal**; 3) Prioridade efectiva à **eficiência energética**; 4) Aposta na **energia renovável descentralizada**; 5) Reconhecimento de que **a responsabilidade pela transição energética é de todos e cada um**.

Metodologia

A fase do trabalho agora reportada integrou as seguintes dimensões:

- Análise das tendências e factores determinantes do sistema energético português;
- Quantificação dos potenciais de eficiência energética, por sector de actividade;
- Avaliação das políticas de energia e clima nacionais, identificando sucessos e insucessos;
- Revisão das melhores práticas internacionais em matéria de política energética;
- Identificação e avaliação das principais distorções do mercado energético nacional;
- Proposta de um conjunto coerente de medidas que permita alcançar as metas definidas.

Fases seguintes do trabalho incluirão a análise do impacte orçamental, sócio-económico e ambiental das medidas em estudo. Em todas as fases valoriza-se o diálogo com os parceiros sociais.

O sistema energético português

- Elevada dependência: carvão, petróleo e gás natural ainda representam 75 a 80% dos consumos;
- Intensidade energética acima da média europeia, mas tem vindo a melhorar lentamente;
- O consumo de energia tem vindo a decrescer, principalmente graças à renovação tecnológica; a repartição sectorial tem sido estável, com um aumento moderado na procura de electricidade;
- Excelente segurança da rede eléctrica, mas com excesso de capacidade instalada.

Eficiência energética

- O potencial economicamente interessante de poupança de energia, através de medidas de eficiência energética, atinge os 25-30%, em todos os sectores de actividade: habitação, serviços, indústria, transportes;
- Este enorme potencial não tem sido posto em prática, em parte por défice de informação ou organização, em parte por falta de acesso a meios financeiros por parte dos interessados, especialmente famílias e PME

Políticas de energia e clima

- Políticas energéticas tradicionalmente focadas na gestão da oferta de energia;
- Falta de ambição e eficácia na promoção da eficiência energética, recorrendo a indicadores inadequados e meios grosseiramente insuficientes;
- Algum sucesso na promoção de energias renováveis, especialmente a fileira eólica;
- Preocupação recente com a promoção de energia solar, com perspectivas de crescimento;
- Política de transportes focada na construção de infra-estruturas, com predomínio da rodovia; completa ausência de estratégia integrada mobilidade; o veículo individual domina esmagadoramente o transporte de passageiros e a rodovia o transporte de mercadorias;
- Experiência internacional demonstra oportunidades para múltiplas melhorias.

Distorções do mercado da energia

O mercado de energia em Portugal pauta-se por diversas distorções, algumas das quais podem considerar-se socialmente positivas; mas outras têm um elevado impacto negativo, quer nos preços da energia, quer no ambiente, quer em termos de equidade social.

Síntese das distorções identificadas e sua quantificação

Distorções do mercado da Energia	2017 (M€)	2018 (M€)	2019 (M€)	Tendência (M€/ano)	Classificação
Sobrecusto Regiões autónomas	47	84	126	86	☹️
Rendas aos municípios	274	258	262	265	☹️
Sobrecusto da PRE	1 145	679	644	644*	☹️
Tarifa social	-70	-82	-104	-85	😊
CAE e CMEC	295	373	284	317	☹️
Terrenos das centrais e outros sobrecustos	30	21	13	21	☹️
Subsídios à construção de barragens	5	15	20	20*	☹️
Agências reguladoras e outras; PPEC e PDA	19	18	7	15	😊
Medidas de sustentabilidade de mercados	393	858	527	592	☹️
Custos com SCUT	1 470	1 538	1 518	1 509	☹️
Incentivos aos carros eléctricos	2	3	3	3	☹️
Isenções de ISP	310	415	436	387	☹️
TOTAL	3 920	4 180	3 736	3 774	

A tendência é igual à média ou, nos casos assinalados *, igual ao último ano por ser mais representativo



distorção socialmente positiva



distorção aceitável



distorção social ou ambientalmente negativa

Medidas para uma estratégia energética alternativa

O estudo de medidas teve em atenção o diagnóstico da situação presente, as tendências futuras, as falhas nas políticas passadas, e os objectivos do PNEC, sendo orientada pelos princípios e prioridades acima definidos. Dividem-se em dois conjuntos: medidas prioritárias e medidas complementares.

Síntese das medidas prioritárias

Sector	Descrição da medida	Grupo alvo
Transversal: todos os sectores	Criar uma taxa de carbono que reflecta os custos ambientais da poluição. As receitas devem ser aplicadas em medidas de eficiência energética e redução de outra carga fiscal (ISP, IRS, IRC)	Todas as actividades
	Eliminar as excepções e isenções ao ISP	Indústria, serviços e transportes
Gestão de recursos hídricos	Ajustar taxas de utilização do Domínio Público Hídrico (DPH) de modo a reflectir a escassez e pressões sobre os recursos hídricos, tendo em conta as alterações climáticas	Consumidores de água e utilizadores do DPH
Edifícios	Incentivo desburocratizado a obras de melhoria do comportamento térmico dos edifícios. Âmbito: substituição por janelas eficientes; isolamento de coberturas e paredes; painéis solares térmicos para AQS	Proprietários de habitações Empresas e instituições
	Imposição de classe energética mínima para o regime de alojamento local	Proprietários: alojamento local
Indústria e serviços	Incentivos organizacionais essenciais para a melhoria de eficiência: a. Auditorias energéticas b. Gestor da energia	PME
	Incentivos à aquisição de equipamentos e serviços de alta eficiência energética: a. Tecnologias seleccionadas (p.e. variadores electrónicos de velocidade); b. Medidas com PRI entre 3 e 6 anos, identificadas em auditoria energética. c. Contratação de serviços energéticos (ESCO) d. Transporte colectivo para colaboradores	Indústria e serviços em geral
Equipamentos	Ampliar as regras de rotulagem energética para equipamentos domésticos, de escritório e comerciais	Fabricantes e consumidores
Mobilidade	Subsídio do passe para estudantes (cobrindo percurso casa-escola)	Estudantes
	Benefícios fiscais para a aquisição de títulos de transportes colectivos (passes e pré-comprados)	Famílias / utentes do TC, empresas Empresas
	Eliminar incentivos fiscais à aquisição de automóveis individuais, qualquer que seja a tecnologia	Veículos automóveis
	Incentivos à aquisição e reparação de bicicletas e outros veículos leves, incluindo versões eléctricas	Fabricantes, utilizadores e prestadores de serviços
Sistema eléctrico nacional	Tornar o regime legal de UPP e UPAC mais transparente e flexível. O regime deve permitir a venda de energia à rede a valores que incentivem a eficiência energética do prosumer e a produção descentralizada.	Prosumers: famílias, empresas e instituições
	Incentivo à aquisição de painéis fotovoltaicos	Pessoas individuais, empresas e instituições
	Revogar os subsídios à construção de barragens: capítulo III (art.º n.º 10º a 13º) da Portaria n.º 251/2012.	Operadores das barragens

Síntese de medidas complementares

Sector	Descrição da medida	Grupo alvo
Transversal: todos os sectores	Reduzir encargos com IRS e IRC, seja por deduções em certas aquisições, seja pela redução das taxas	Famílias, empresas
	Criar ecotaxas sobre outros poluentes atmosféricos (NO _x , SO ₂ , PM, CO, COV, ...), hídricos (CBO, CQO, sólidos, P, N, metais pesados, orgânicos persistentes, ...) e uso de outros recursos naturais.	Todas as actividades
Edifícios	Incentivar sistemas de climatização activa a energia renovável, com garantia de boa eficiência, sujeitas a certificação energética ou dependentes de auditoria (p.e. caldeiras a biomassa, salamandras, lareiras com recuperador de calor)	Famílias, empresas e instituições
	Criar linhas de apoio ao investimento em obras de melhoria do comportamento térmico dos edifícios, para consumidores de energia não abrangidos por IRS e IRC	Famílias de baixo rendimento, IPSS e outras ONG, edifícios do Estado
	Condicionar novos contratos e actualização de rendas à classe de comportamento térmico dos edifícios	Senhorios e inquilinos de casas arrendadas
Serviços	Certificação dos instaladores de equipamentos eficientes e energias renováveis e climatização (solar térmico e fotovoltaico, caldeiras e lareiras, bombas de calor)	Instaladores de equipamentos de EE e ER
	Promoção de centros para a literacia energética para informação, apoio e capacitação dos consumidores	Famílias e PME incluindo pequeno comércio e serviços
	Incentivo à flexigurança laboral: trabalho em casa	Empresas de serviços
Mobilidade	Criação de um Plano Nacional de Mobilidade centrado na rede ferroviária e interfaces com os outros modos	Todos sectores, especial atenção aos operadores e sociedade civil
	Definir níveis de qualidade de serviço para o transporte público nas áreas metropolitanas, e a partir daí definir modelos de negócio viáveis	Operadores e utentes dos transportes metropolitanos
	Reformular ISV e IUC em função de critérios ambientais (com base em ACV) e de eficiência energética	Veículos automóveis
Sistema eléctrico nacional	Rever os CIEG e outros esquemas de incentivos no sector eléctrico numa lógica de reforma fiscal ambiental, equidade e transparência	Produtores e consumidores de electricidade
	Criação de tarifário progressivo para a electricidade (aumento do preço em função do consumo de energia)	Famílias
	Extensão do IVA reduzido para a electricidade para potências contratadas até 4,6 kVA	Consumidores de electricidade
Banca	Criação de regulamentação específica a adoptar pela banca, para empréstimos com fins de eficiência energética	Banca

Estudo desenvolvido na FCT NOVA no âmbito da Rede Douro Vivo com financiamento GEOTA / MAVA - Fondation pour la Nature



**Rede
Douro
Vivo**

